Notícias SEMANAIS
Departamento de Assuntos Legislativos
nº 27. ano VIII. 06 de julho de 2012

FIEP SESI SENAI IEL FIEP

Notícias Federais

Assuntos Econômicos 3

Medida Provisória 567 é aprovada na Câmara 3

CFT aprova divulgação de informações de comércio exterior 4

Projeto prevê pagamento de taxa por empresas com reclamações no Procon 5

Projeto concede incentivo fiscal para o álcool combustível 6

Meio Ambiente 6

MP do Código Florestal 6

Infraestrutura 7

Inversão de fases na licitação 7

IBAMA e indústria apoiam substituição de fonte de energia em padarias 7

Tributos 8

Comissão Mista aprova Medida Provisória 564 8

Receita cria obrigação acessória 10

Empresas poderão guardar documentos fiscais em meio digital 11

Aprovada PEC que modifica divisão do ICMS no comércio eletrônico 11

Impostos indiretos poderão ficar visíveis em notas fiscais 12

Indústria quer mais prazo para pagar imposto 13

Relações do Trabalho 14

Presidente do TST pede apoio de Sarney para projeto que moderniza Justiça do Trabalho ... 14

Pai adotante pode ter direito a licença e salário por 120 dias 15

Comissão do Senado aprova três projetos que aumentam despesas 15

Questões Institucionais..... 16

Comissão Especial adia apresentação de parecer ao novo Código de Processo Civil 16

Política Social..... 16

Seguridade aprova assentos preferenciais em shoppings..... 16

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos..... 18

Indústria têxtil reivindica melhores condições..... 18

Consumidores, comerciantes e fabricantes agora são responsáveis pelo descarte de remédios..... 18

Alemanha quer ampliar relações comerciais e tecnológicas com o Brasil..... 19

Paraná estreita relações comerciais com o Canadá..... 20

Redução de juros favorece obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas.... 21

Meio Ambiente..... 22

Projeto estabelece redução nos compostos químicos encontrados na água tratada com cloro..... 22

Comissão de Ecologia pede revisão de dados sobre desmatamento florestal..... 24

Infraestrutura..... 25

Assembleia discute concessão do pedágio com Tribunal de Contas e entidades organizadas 25

Tributos..... 26

Redução de IPI para automóveis impulsiona indústria paranaense em maio 26

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Medida Provisória 567 é aprovada na Câmara

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 567 após inúmeras manobras regimentais da oposição para adiar a deliberação do texto. A MP 567 estabelece novas regras para a remuneração da poupança.
A Medida Provisória foi relatada pelo deputado Henrique Fontana (PT/RS) na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a matéria. Fontana introduziu inovações na Medida Provisória na Comissão Mista que foram aprovadas no final da tarde pelo Plenário que:

- Estabelecem que o Banco Central do Brasil deve divulgar as taxas de remuneração dos depósitos de poupança resultantes da remuneração adicional, por juros, legalmente estabelecidas;
- Modificam a Lei de Registros Públicos para estabelecer que, no registro de imóveis, deverá ser feito a averbação da substituição de contrato de financiamento imobiliário e da respectiva transferência da garantia fiduciária ou hipotética, em ato único, à instituição financeira que venha a assumir a condição de credora em decorrência da portabilidade do financiamento para o qual fora constituída a garantia;
- Alteram a Lei do Sistema Financeiro Imobiliário para instituir que, nos termos de resolução da propriedade fiduciária do imóvel, não será emitido o termo de quitação referente ao pagamento da dívida na quitação por meio de portabilidade do financiamento para outra instituição financeira - quanto à alienação fiduciária, compete a mera averbação da sua transferência; e
- Determinam que o Conselho Monetário Nacional deve editar norma disciplinando o uso, pelas instituições financeiras, de código de identificação específico para as operações de portabilidade de crédito, bem como de meio eletrônico para sua efetivação.

A Medida Provisória estabelece que os depósitos efetuados a partir do dia 04/05/12, terão dois regimes de remuneração: a) 0,5% ao mês acrescido da Taxa Referencial (TR), desde que a meta da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central seja superior a 8,5% ao ano; b) 70% da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central, mensalizada, acrescida da TR, quando essa for igual ou inferior a 8,5% ao ano.
Saldo de depósitos de poupança: o saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta MP será remunerado, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês.

Saldo Remanescente: o saldo remanescente somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.

Saldos segregados: ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta MP, o saldo dos depósitos de poupança. Manifestação do titular da conta: caso não haja manifestação formal em contrário pelo titular da conta, os saques em conta de poupança serão debitados: (I) inicialmente, do saldo dos depósitos efetuados a partir da data de entrada em vigor da MP, até seu esgotamento; e (II) em seguida, do saldo de depósitos quando efetivamente creditados em conta.

Demonstrativos de Movimentação da Conta: os demonstrativos de movimentação da conta de poupança evidenciarão ao titular da conta, de modo claro, preciso e de fácil rendimento, os saldos segregados. A instituição financeira deverá disponibilizar o primeiro demonstrativo no prazo de até trinta dias contados da data de entrada em vigor da MP.

Procedimento das Instituições Financeiras: As instituições financeiras deverão adotar procedimento interno que assegure remuneração e evolução corretas dos saldos dos depósitos de poupança sob sua responsabilidade, podendo o Banco Central requerer, a qualquer momento, informações sobre o procedimento adotado e sobre a remuneração e evolução dos referidos saldos.
A matéria segue para o Senado.

Fonte: CNI

Comércio Exterior

CFT aprova divulgação de informações de comércio exterior

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou o parecer do relator, deputado João Maia (PR/RN), favorável ao PLP 90/2011, na forma de substitutivo apresentado. O projeto permite que, independentemente de autorização judicial, a Fazenda Pública divulgue informações adquiridas sobre as operações de importação e exportação realizadas por qualquer pessoa jurídica ou física.
Diferentemente do projeto original, em que a divulgação seria diária, substitutivo aprovado na CFT prevê que a divulgação será quinzenal. Permanecem os seguintes preceitos para a divulgação das informações: (i) a divulgação deverá constar o nome das pessoas físicas ou jurídicas e sua respectiva identificação Fiscal; e (ii) as operações de importação deverão ser individualizadas por empresa tanto quanto possível.
O projeto, de autoria do deputado Zeca Dirceu (PT/PR), segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

Fonte: CNI

Direito do Consumidor

Projeto prevê pagamento de taxa por empresas com reclamações no Procon

Está em análise na Câmara o Projeto de Lei 3355/12, do deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP), que faculta aos órgãos públicos de defesa do consumidor o recolhimento de taxa dos fornecedores reclamados, relativa ao registro e encaminhamento de reclamações fundamentadas.

Pelo texto, a taxa será cobrada a partir da publicação na imprensa oficial, pelo órgão de defesa do consumidor competente do respectivo Cadastro de Reclamações Fundamentadas. Os órgãos poderão fixar parâmetros com base em quantidade mínima de reclamações fundamentadas inscritas nos respectivos cadastros, a partir dos quais será realizada a cobrança dos valores.

O valor da taxa cobrada deverá ser revertido em favor do respectivo órgão público de defesa do consumidor. A base de cálculo será a unidade da reclamação, fixada em R$ 150, a ser atualizada pelo IPCA-E, índice que verifica as variações dos custos com os gastos das pessoas que ganham de um a 40 salários mínimos nas regiões metropolitanas das principais capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

O projeto prevê que, no caso de reclamações coletivas, o cálculo deverá levar em conta o número de consumidores que formalizaram a reclamação e que foram afetados pela prática ilícita do fornecedor.

O autor afirma que atualmente existe uma prática corriqueira, entre muitos segmentos, de deixarem de dar pronto atendimento e solução para os problemas originados da contração de serviços ou compra de produtos. “São situações que acarretam um aumento do custo social e financeiro, tanto para os consumidores prejudicados como para as instituições, como os Procons, os Juizados Especiais Cíveis, o Ministério Público, as entidades civis e delegacias de polícia do consumidor”, disse.

Balcão de atendimento: O parlamentar afirma ainda que os órgãos de defesa do consumidor, além do intenso volume de trabalho, têm se transformado em balcão de atendimento ou SAC das empresas no intuito de ganhar tempo e criar mecanismos para que o consumidor desista de seus direitos.

“Esses fornecedores repassam ao Estado, cada vez mais, o ônus de sua ineficiência e oneram em duplicidade aos cidadãos. Assim, com vistas a aperfeiçoar e dar eficiência ao atendimento dos órgãos de defesa do consumidor, os procedimentos usados para registro, análise, encaminhamento e conclusão de reclamações fundamentadas apresentadas pelos consumidores devem ficar sujeitos ao pagamento de emolumentos por parte dos fornecedores reclamados”, defendeu.

Tramitação: A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política Industrial

Projeto concede incentivo fiscal para o álcool combustível

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3147/12, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que concede isenção fiscal à importação e à venda de álcool combustível (o etanol). A intenção é forçar uma queda no preço do combustível.
"É mais uma tentativa de reduzir o preço do álcool combustível como forma de beneficiar os milhares de brasileiros que, infelizmente, compraram carro flex, mas nem sabem quando o preço do produto será competitivo nas bombas", argumenta.
Pela proposta, a importação ou a venda no mercado interno do álcool combustível ficarão isentas de contribuição dos Programas de Integração Social (PIS/Pasep), de Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e de Cide (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico).

Mais poluição: Welington Prado critica os incentivos fiscais dados à gasolina, que fica mais competitiva em relação ao etanol, mesmo sendo uma alternativa mais poluente do que o combustível da cana.
"Como pode o Brasil incentivar mais o combustível fóssil – gasolina – do que o combustível que emite menos gases de efeito estufa? A diferença da alíquota do PIS/Cofins para o combustível renovável chega a quase o dobro se comparada à da gasolina", condenou.

Tramitação: A proposta terá análise conclusiva das comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

MP do Código Florestal

O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC), relator da Medida Provisória 571/12, que altera o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), deve apresentar seu relatório e voto na próxima segunda-feira (9), às 14h30.

Fonte: CNI

Infraestrutura

Inversão de fases na licitação

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, rejeitou o PL Nº 01/2011, que estabelece o procedimento de inversão das fases nas licitações. De acordo com o projeto, somente após o julgamento das propostas vencedoras é que a comissão de licitação deverá examinar a habilitação do licitante vencedor. Se considerado inabilitado, será analisada a habilitação do segundo colocado, e assim por diante.
Prevê, ainda, o projeto, punição com restrição ao direito de licitar e contratar por um ano, se o licitante for inabilitado em razão de ausência de documento.
A proposição segue para apreciação da Comissão deFinanças e Tributação (CFT).

Fonte: CNI

IBAMA e indústria apoiam substituição de fonte de energia em padarias

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a indústria de panificação concordam sobre a necessidade de um programa nacional de substituição de madeira nativa por outras fontes energéticas, como gás e eletricidade, nos fornos usados por padarias e pizzarias.
Na Câmara, o assunto é tema do Projeto de Lei (PL) 806/11, do deputado Márcio Macêdo (PT-SE), em análise na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e que foi discutido em audiência pública.
Segundo o representante da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) José Jofre Nascimento, existem no mercado opções até mais eficientes dos que os fornos a lenha. O problema é que, no caso das padarias, principalmente do interior, as empresas não conseguem arcar com o custo da substituição. "Muitas delas não têm muito acesso à informação. Estão em áreas de interior ou suburbanas, em que o próprio empreendedor está muito ligado a seu negócio e não tem muito tempo ou condição para fazer essa mudança", explicou.
De acordo com Jofre Nascimento, cerca de 20% das padarias do País usam forno a lenha, o equivalente a 15 mil empreendimentos. Parte dessa madeira, segundo ele, vem de florestas plantadas, serragem compactada ou restos de construção. Mas ainda existem casos de uso de vegetação nativa, principalmente da Caatinga e do Cerrado.

Autuações do IBAMA: Ao não conseguir comprovar a origem da madeira usada nos fornos, padarias e pizzarias estão sujeitas a autuações pelos órgãos ambientais. O IBAMA admite, no entanto, que faltam políticas públicas para ajudar o setor a se regulamentar. Representante do IBAMA no debate, Hanry Coelho, da Diretoria de Floresta, disse que o projeto do deputado Márcio Macêdo é um caminho. "A posição do IBAMA é de apoio a esse programa."

Em Sergipe, segundo Márcio Macêdo, um programa de substituição de fornos a lenha em padarias e pizzarias, com linhas de crédito específicas, tem dado bons resultados. "Há experiência bem sucedida. A matriz está sendo mudada, já em quase 100%. O setor está produzindo, continua se fortalecendo e contribuindo para preservação ambiental", ressaltou.

Parecer contrário: Por enquanto, o relator da proposta, deputado João Maia (PR-RN), tem parecer contrário ao projeto. Maia argumentou que não está clara a participação, no programa, dos bancos públicos de financiamento. "Aprovar sem fonte de financiamento é 'ouro de tolo'. Tem que trazer o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), agências de fomento, para que o pequeno empresário possa ter incentivo para substituir a lenha por uma energia alternativa", argumentou.
O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o BNDES foram convidados para a audiência pública, mas não mandaram representantes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

Comissão Mista aprova Medida Provisória 564

A Comissão Mista do Congresso Nacional constituída para analisar a Medida Provisória 564/2012, que faz parte da segunda etapa do Plano Brasil Maior, aprovou o parecer do relator, deputado Danilo Forte (PMDB/CE), favorável à MP na forma de Projeto de Lei de Conversão (PLV).
A Medida Provisória 564 prevê uma série de ações para estimular a indústria no País.
Entre outros pontos, a MP inclui novos setores no Programa Revitaliza do BNDES e dispõe sobre financiamento às exportações indiretas. Além disso, cria ainda a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A (ABGF) e autoriza a União a participar de fundos dedicados a operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto.
O projeto de lei de conversão apresentado por Forte e aprovado na comissão possui inovações como:

- Inclusão de novos riscos passíveis de serem cobertos por seguros do fundo destinado a garantir projetos de infraestrutura grande vulto: os de operações relacionadas à realização da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, além de projetos resultantes de parcerias público-privadas organizadas por Estados ou pelo Distrito Federal – para estes últimos, desde que respeitados os limites de contratação de operações de crédito estabelecidos pelo Senado Federal e desde que a Unidade da Federação que pretenda ter garantia prestada pelo fundo relativamente à contraprestação pecuniária ou outras obrigações do parceiro público ao setor privado ofereça ao fundo contra garantia em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.

- Inclusão de novos setores econômicos beneficiários do REVITALIZA, como os de processamento de proteína animal, pesca e aquicultura, óleo de palma, torrefação e moagem de café e fabricação de solúvel, castanha de caju e ceras de origem vegetal;
- Garantia de que Banco do Nordeste terá exclusividade na aplicação dos recursos do FNDE destinados ao custeio das atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse regional – da mesma forma, garante ao Banco da Amazônia a exclusividade na aplicação do custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia do desenvolvimento regional, com recursos do FDA;
- Capitalização do Banco do Nordeste em R$ 4 bilhões e do Banco da Amazônia em R$ 1 bilhão;

Dispensa que a União recolha 75% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devido pelo BNB a partir do exercício de 2014, montante que será utilizado, em cada exercício exclusivamente para aumento de capital;

- Ampliação do prazo para que as pessoas jurídicas protocolem projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, caso este em que terão direito à redução de 75% do IR e adicionais, calculados com base no lucro da exploração - de dezembro de 2013 para dezembro de 2018;
- Aplicação da subvenção econômica, referente à safra 2010/2011, para os produtores independentes de cana-de-açúcar de todos os municípios do Espírito Santo, e não apenas para os localizados na área de atuação da SUDENE;
- Remuneração pelos serviços de análise de viabilidade econômico-financeira aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, como já acontece com os agentes operadores do FDNE e do FDA;
- Autorização para os bancos administradores dos fundos constitucionais a renegociar o saldo devedor tendo como limite mínimo o valor da operação com os encargos contratuais normais, desconsiderando, pois, os acréscimos decorrentes da inadimplência;
- Vinculação do Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Operações de Comércio Exterior ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - e não mais ao Ministério da Fazenda;
- Oferecimento de cobertura específica contra o risco comercial que possa afetar as operações das micro, pequenas e médias empresas que se enquadrem nas diretrizes fixadas CAMEX no âmbito do fundo garantidor das operações de comércio exterior – desde que sejam de até 180 dias, na fase de pré-embarque, e de até dois anos, na fase de pós-embarque; e
- Alterações no Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, como definição dos beneficiários do programa e estabelecimento novos parâmetros gerais de concessão de crédito a serem regulados por decreto.

Durante a votação do PLV, a Comissão Mista aprovou a Emenda 47, do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP).

De acordo com a emenda aprovada e incorporada ao PLV, o fundo garantidor das operações de comércio exterior também terá a finalidade de garantir a adimplência de operações de hedge.
A votação na Comissão Mista contemplou ainda acordo entre seus membros que estabeleceu a apresentação de destaque para votação em separado (DVS) das emendas 11, 13, 15 e 16. A emenda 11 suprime dispositivo que autoriza o Poder Executivo a transformar a ABGF em sociedade de economia mista; a emenda 13 suprime dispositivo que permite ao órgão regulador de seguros privados conceder à ABGF a inaplicabilidade de partes da legislação especifica de seguros privados; a emenda 15 inclui entre as atividades beneficiárias da subvenção econômica ao BNDES, a aquisição de bens de capital e a execução de obras de infraestrutura nas áreas de transportes rodoviários, ferroviários, metroviários e aquaviários realizados por governos estaduais, distrital ou municipais; e a emenda 16 estabelece que o BNDES deverá enviar ao Congresso relatório indicando valores e condições das operações, valor da subvenção econômica, identificação de beneficiário, localização e estimativa dos impactos econômicos dos projetos.
O projeto de lei de conversão e o processado (medida provisória e as emendas) seguem agora para o Plenário da Câmara.

Fonte: CNI

Receita cria obrigação acessória

A Receita Federal criou uma nova obrigação acessória que exige de pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Brasil informações sobre transações com estrangeiros, que envolvam prestação de serviços, cessão de direitos ou outras operações que produzam variações patrimoniais.
As informações são exigidas por meio da Instrução Normativa nº 1.277, publicada no Diário Oficial da União. Caso não seja cumprida, o contribuinte será multado em R$ 5 mil por mês de atraso no envio das informações, mais 5% do valor da operação com o exterior.
"O registro das transações internacionais que produzem variação do patrimônio do remetente ou do adquirente dará maior transparência às remessas e aos recebimentos de divisas do exterior", diz o advogado Marcelo Jabour, diretor da Lex Legis Consultoria Empresarial.
São obrigados a prestar as informações o prestador ou tomador de serviço residente ou domiciliado no Brasil e aqueles que transferirem ou adquirirem bem intangível, como marcas, patentes e royalties.
Ficam dispensadas da obrigação as empresas tributadas pelo regime do Simples Nacional e quando a operação com o exterior for única, ou seja, não habitual, e seu valor for inferior a US$ 20 mil.
Os dados referentes a essas operações deverão ser enviados por meio de sistema eletrônico a ser disponibilizado no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) da Receita. O envio deverá ser realizado até 30 dias da data da operação. Porém, para adaptação, esse prazo será de 90 dias até 31 de dezembro de 2013.

A IN traz um cronograma em anexo com as datas para início de envio das informações. Está dividido por atividade. A partir de agosto, por exemplo, estão os serviços de construção, postais e de manutenção.

Fonte: Blog RT

Empresas poderão guardar documentos fiscais em meio digital

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que permite às pessoas jurídicas manterem em meio eletrônico assinado digitalmente os livros contábeis e os comprovantes de lançamento neles efetuados.
A única exigência é que a empresa tenha certificação eletrônica emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), no caso de imagem digitalizada, conforme substitutivo do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE).
De acordo com o projeto (PLS 461/2009 – Complementar), de autoria do ex-senador Sérgio Zambiasi (RS), as impressões em papel dos livros e comprovantes de lançamentos conservados em meio eletrônico e assinados digitalmente terão a mesma força de prova do documento original.
A proposta, que altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), ainda será examinada pelo Plenário do Senado.

Fonte: Agência Senado

Impostos

Aprovada PEC que modifica divisão do ICMS no comércio eletrônico

O Plenário do Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/2011, que modifica os critérios de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o comércio de bens e serviços pela internet.
A PEC atribui parte da arrecadação do tributo ao estado comprador, abolindo a sistemática atual de destiná-lo somente ao estado de origem da transação feita por meio eletrônico, no qual se localiza a empresa responsável pela venda.
De acordo com a PEC, caberá ao estado de localização do destinatário o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.
Quando o destinatário for contribuinte do ICMS (geralmente empresa), a diferença será calculada entre a alíquota interna do estado destinatário e a interestadual. No caso de não contribuinte (pessoa física), aplica-se a diferença entre a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual.
Em seu voto favorável a aprovação da matéria, Renan Calheiros (PMDB-AL) diz que o comércio eletrônico vem crescendo exponencialmente no Brasil nos últimos anos, com faturamento de mais de R$ 18 bilhões apenas em 2011. Entretanto, como a maioria das lojas

virtuais é sediada nos estados mais desenvolvidos, a arrecadação do ICMS acaba ficando nas mãos de poucos entes federados.
Durante a discussão da PEC, Renan foi parabenizado por vários senadores pelo importante papel desempenhado na conciliação de interesses dos diferentes estados brasileiros, o que permitiu a aprovação por unanimidade do projeto.

Revisão do pacto federativo: Muitos parlamentares consideraram também a aprovação da PEC como uma etapa inicial do processo de revisão do pacto federativo. Em sua visão, a medida possibilitará uma distribuição mais justa da receita tributária no país.
— Essa votação não é um ponto isolado, mas a continuidade de um processo que nós aqui iniciamos com a aprovação da uniformização da alíquota do ICMS nas operações com importados. Faz parte do contexto de um novo pacto federativo — disse Walter Pinheiro.
Para Eduardo Braga (PMDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) as novas regras aprovadas para o ICMS do comércio eletrônico vão ajudar a fortalecer o sistema federativo, contribuindo para uma distribuição mais igualitária dos recursos daquele tributo entre os estados.
Delcídio Amaral (PT-MS) comemorou a aprovação da PEC lembrando que era um dos itens fundamentais da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, da qual é o presidente, e também do Plenário do Senado.
— Com essa PEC vamos ter uma distribuição mais justa dos recursos do e-commerce, que está concentrado atualmente em três ou quatro estados brasileiros — disse.
Registraram também sua posição favorável a aprovação da matéria os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Taques (PDT-MT), Jayme Campos (DEM-MT), Gim Argello (PTB-DF), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Blairo Maggi (PR-MT), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Wellington Dias (PT-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP).
A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Impostos indiretos poderão ficar visíveis em notas fiscais

A pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) incluiu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 76/2012, que "adota medidas para informar os consumidores acerca dos tributos indiretos que incidem sobre bens e serviços". O projeto, apresentado coletivamente pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Ângela Portela (PT-RR), tem voto favorável da relatora, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).
A proposta determina que a nota ou cupom fiscal, inclusive quando emitidos por via eletrônica, devem trazer o valor líquido da operação, seguido pelo valor de cada um dos tributos indiretos incidentes. Ficam excluídas desta obrigação as microempresas com receita bruta anual inferior a R$ 360 mil e os microempreendedores individuais. A relatora apresentou apenas uma emenda de redação modificando a ementa do projeto. A proposta tem decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Além de constarem da nota ou cupom fiscal, as informações sobre os impostos indiretos devem também estar presente nas peças publicitárias e nas vitrines ou outro espaço público no qual a mercadoria seja exposta. O texto especifica os tributos cuja incidência deve ser informada, quais sejam: Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros (II); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às Atividades de Importação ou Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e seus Derivados e Álcool Combustível (Cide Combustíveis); Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
A proposta estabelece como punição, para quem descumprir a lei, pena de detenção de três a seis meses e multa, em caso de dolo, e detenção de um a seis meses ou multa, em caso de culpa.
A relatora cita a justificação dos autores, que destacam a importância de se oferecer ao consumidor "informações precisas, ostensivas e em língua portuguesa a respeito da carga tributária incidente sobre os produtos e serviços oferecidos". Eles lembram que providências semelhantes já foram tomadas por outros países há décadas e acrescentam que as informações pleiteadas são importantes, tanto para saber o real valor da mercadoria, como para "estimar o peso de eventual sonegação praticada pelo vendedor em caso de não solicitação da nota fiscal".
Para a relatora, "a medida é meritória não apenas por conferir transparência à composição dos preços dos bens e serviços tributados, mas por também incentivar o consumidor-contribuinte a exigir a nota ou cupom fiscal". Ela cita ainda o parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição, segundo o qual "a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços", não diferenciando se os tributos pertencem à alçada federal, estadual, municipal ou distrital.

Fonte: Agência Senado

Indústria quer mais prazo para pagar imposto

A indústria brasileira apresentou aos governos federal e estadual proposta para alongar em 60 dias o prazo de pagamento de alguns impostos, como PIS, Cofins, IPI e ICMS. Segundo estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a medida daria alívio de R$ 139,5 bilhões aos cofres das empresas em forma de capital de giro.
"Hoje o setor produtivo financia em 49 dias os impostos. Ou seja, as empresas pagamos tributos e, em média, recebem do cliente depois desse tempo. Isso é um absurdo", afirmou o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em evento que contou com a presença do ministro da Fazenda Guido Mantega,do secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, e de cerca de 400 empresários.
Hoje, de acordo com dados da FIESP, as empresas têm um custo financeiro de R$ 7,5 bilhões por causa do descasamento das receitas e do pagamento de impostos. "Para pagar os tributos, muitos precisam de financiamento bancário, que tem juros elevados", completa o

coordenador do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, responsável pelo trabalho *"Necessidade de Capital de Giro para Recolhimento de Tributos e seu Custo Financeiro"*.
Na avaliação dele, se o problema não for resolvido, a inadimplência da pessoa física vai bater também na indústria, que vive momento de dificuldades, com produção em queda. A proposta da FIESP prevê um alongamento gradual dos prazos de pagamento dos impostos para não impactar os cofres dos governos. A cada mês haveria o prolongamento de cinco dias no pagamento. Assim, ao final de um ano, as empresas teriam um prazo de 60 dias para pagar os principais impostos.
De acordo com a FIESP, a medida seria mais simples comparado ao projeto de reforma do sistema tributária. "Prazos mais curtos eram justificáveis e praticados no período de hiperinflação nas décadas de 80 e 90. Hoje não há motivos para a manutenção desses prazos", destaca o estudo. Para Roriz, a mudança beneficiaria especialmente as micro e pequenas empresas.
Supondo que os R$ 7,5 bilhões de custo financeiro fossem convertidos em projetos de expansão ou melhorias da produção, haveria um incremento de 0,2% na taxa de investimento na economia, hoje em 19,3% do Produto Interno Bruto (PIB). O estudo com a proposta foi entregue ontem ao ministro Mantega. No caso do governo estadual, a indústria iniciou reuniões para discutir o assunto na semana passada.

Fonte: Blog RT

Relações do Trabalho

Presidente do TST pede apoio de Sarney para projeto que moderniza Justiça do Trabalho

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen. Ele veio pedir o apoio de Sarney na tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 606/2011, que disciplina o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.
- É um projeto que busca modernizar a legislação processual trabalhista – explicou Dalazen.
Segundo o presidente do TST, a Justiça do Trabalho vive um momento inquietante quanto à execução trabalhista. Ele informou que apenas 30% dos trabalhadores que ganham causas na Justiça conseguem receber o dinheiro a que têm direito.
- Isso se deve, em boa medida, à ineficiente e anacrônica legislação da área – declarou.
Implantação de recursos eletrônicos, parcelamento de débitos e a possibilidade de multa para o devedor que atrasar pagamento de direitos estão entre as medidas propostas do projeto. A matéria está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob relatoria da senadora Ana Amélia (PP-RS).

Fonte: Agência Senado

Pai adotante pode ter direito a licença e salário por 120 dias

O homem que, sozinho, adotar uma criança poderá ter direito a licença de 120 dias e remuneração equivalente ao chamado salário-maternidade por igual período. A medida consta de projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, e será submetido a votação em turno suplementar

O direito já é assegurado à mãe adotante desde 2002, mas a legislação previa licença-maternidade e salário-maternidade conforme a idade da criança adotada: 120 dias quando da adoção de criança até um ano de idade; 60 dias em caso de adoção de criança entre um ano e quatro anos de idade; e 30 dias para crianças de quatro a oito anos de idade.

Em 2009, a CLT foi modificada para estabelecer que a licença-maternidade passasse a ser integral (120 dias) quando da adoção de crianças de qualquer idade. No entanto, não houve modificação da lei que trata de benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), que continuou fazendo referência à idade da criança adotada como critérios para concessão do salário-maternidade.

Com o projeto aprovado na CAS, seus autores, senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ), visam não apenas estender o benefício ao pai que adota sozinho, mas também harmonizar a legislação trabalhista com a previdenciária. Assim, o salário-maternidade passará a ser concedido nos 120 dias que durar a licença.

A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), apresentou voto favorável com emendas de ajustes na técnica legislativa e também para determinar que o benefício seja pago diretamente pela Previdência Social.

Fonte: Agência Senado

Comissão do Senado aprova três projetos que aumentam despesas

Em meio às negociações com o Congresso, que quer pôr em votação o fim do fator previdenciário (mecanismo que inibe aposentadorias precoces no INSS), o governo terá que mobilizar sua base aliada contra outros três projetos que aumentam os gastos públicos aprovados ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Senado.

Dois projetos aprovados pela CAS são de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e o terceiro foi relatado por ele. O primeiro dá ao aposentado com deficiência física ou doença grave o direito a um adicional de 25% no valor do benefício. O segundo permite que, ao migrar para as cidades, o trabalhador da área rural possa contar o tempo na lavoura para se aposentar. Hoje, é necessário entrar na Justiça para somar o tempo de serviço no campo com o da área urbana.

Já o outro projeto, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), dá ao trabalhadores rurais direito ao seguro desemprego, que impactaria no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Atualmente, o adicional de 25% no valor do benefício previdenciário já é pago aos trabalhadores que se aposentaram por invalidez. Paim justifica que o direito deve ser ampliado ao aposentado que vier a ficar dependente de um terceiro para se locomover,

ainda que não seja inválido. Seria necessário evitar que o simples fato de contratar uma cuidadora para o idoso justifique o benefício extra.
Os projetos aprovados pela CAS não têm apoio nem da Previdência e nem do Ministério do Trabalho. De acordo com técnicos, além do custo elevado, as propostas são injustas. O argumento é que fixar um adicional de 25% beneficia mais os trabalhadores que recebem os maiores benefícios. E a soma dos tempos prejudica o trabalhador urbano, que tem regras mais duras para se aposentar. Quem trabalhou no campo recebe benefício (no valor do salário mínimo), mesmo sem nunca ter contribuído. A aposentadoria rural tem, hoje, o maior peso nas contas da Previdência.
Também passou no plenário do Senado projeto de lei que concede a conselheiros tutelares férias, gratificação natalina e licença maternidade.

Fonte: Blog RT

Questões Institucionais

Comissão Especial adia apresentação de parecer ao novo Código de Processo Civil

Em reunião realizada na CESP que debate o Novo Código de Processo Civil (CPC) prorrogou do dia 8.8.2012 para 18.8.2012 a apresentação do parecer do relator-geral, deputado Paulo Teixeira (PT/SP).
Nas primeiras semanas do mês de agosto que precedem a apresentação do parecer, o relator-geral e a comissão de juristas se reunirão em São Paulo e em Brasília para fechar o substitutivo que será apresentado à CESP.
Uma das razões para a prorrogação da data de apresentação do substitutivo é que novos juristas passaram a compor a Comissão de Juristas responsável por auxiliar o relator-geral e necessitam de prazo para análise das emendas e dos relatórios parciais: Cândido Rangel Dinamarco, professor aposentado da Faculdade de Direito da USP; Kazuo Watanabe, desembargador aposentado do TJ/SP; Paulo Henrique dos Santos Lucon, advogado e professor da USP; e Rinaldo Mouzalas, professor da Escola Superior do MP.
Na sessão realizada, houve um debate sobre dois pareceres parciais do projeto: "Processo de Conhecimento e Cumprimento da Sentença", do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), e "Procedimentos Especiais", do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG). A próxima reunião da CESP para debater os demais pareceres parciais está marcada para o dia 11/7.

Fonte: CNI

Política Social

Seguridade aprova assentos preferenciais em shoppings

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que obriga os shoppings e centros comerciais a destinarem assentos preferenciais em praças de alimentação para

idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A medida está prevista no Projeto de Lei 579/11, da deputada Nilda Gondim (PMDB-PB).
Pela proposta, esses locais deverão ter acesso fácil e reunir pelo menos 5% das cadeiras, poltronas ou sofás disponíveis.

Lactantes: O texto original não incluía as lactantes no grupo beneficiado. A mudança foi incluída pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e a proposta que foi ratificada pelo relator atual, deputado Paulo Foletto (PSB-ES).
Ele explicou que a medida já está sendo adotada nos centros comerciais da maioria das cidades, "Isso não significa, no entanto, que o projeto seja desnecessário. Não sabemos até que ponto as legislações municipais avançaram nesse sentido, e a acessibilidade é um anseio de todo o Brasil", disse.

Tramitação: A proposta, que tramita de forma conclusiva, será analisada ainda pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Política Industrial

Indústria têxtil reivindica melhores condições

Estilistas, profissionais da área da moda e empresários do setor têxtil realizaram num ato reivindicando melhores condições para o setor e mais atenção do governo para o mercado da moda. Eles vestiram camisetas pretas com os dizeres: "presidente Dilma: precisamos falar com você. A moda agradece". A manifestação aconteceu durante o desfile de encerramento da 6ª edição do Paraná Business Collection (PBC), realizado na última semana, em Curitiba.
A alta carga tributária e a concorrência desleal com produtos chineses foram apontados pelos participantes como os principais entraves para o setor. Os temas já estão sendo discutidos no Conselho Setorial da Indústria do Vestuário da Fiep, idealizador do ato. "A indústria têxtil brasileira está na UTI. Queremos levar para a presidenta Dilma as reivindicações do setor e mostrar que a moda brasileira é criativa e necessita de medidas urgentes", disse Nelson Furman, presidente do Sinditêxtil Paraná.
Segundo o coordenador geral do PBC, Paulo Martins, a indústria da moda, não só do Paraná, mas do Brasil como um todo está sofrendo com a falta de estrutura e de competitividade. "Depois da construção civil, os setores têxtil e do vestuário são os que mais geram empregos. Temos que nos unir e ir em busca de melhores condições", afirmou.
No Paraná, são mais de 6 mil indústrias (Têxtil, Vestuário e Couro), a maioria de micro e pequeno porte, que geram, aproximadamente, 93 mil postos de trabalho. O setor é o segundo maior empregador industrial do Estado, respondendo por 14,2% dos empregos do segmento. Esse montante representa 7,5% da massa de trabalhadores atuantes no setor no Brasil.
Um ato semelhante também aconteceu no encerramento da São Paulo Fashion Week, dia 16 de junho.

Fonte: FIEP

Consumidores, comerciantes e fabricantes agora são responsáveis pelo descarte de remédios

A lei que estabelece a Logística Reversa de Medicamentos no Paraná, proposta na Assembleia Legislativa pelo deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), foi sancionada. A nova legislação define regras para a destinação de remédios em desuso, pelo que, a partir de agora, fabricantes, comerciantes e consumidores ficam responsáveis pelo descarte correto dos produtos.

Segundo Cheida, a logística funciona assim: o consumidor deve entregar os produtos para os estabelecimentos que os comercializam ou distribuem, como farmácias e postos de saúde. Fabricantes e importadores se responsabilizam pelo recolhimento dos medicamentos e destinação final aplicável a cada caso. O deputado destaca a responsabilidade compartilhada: "Cada um tem o seu dever. Dividem-se as atribuições de uma forma que todos podem colaborar".
Cheida lembra que a lei é resultado de um trabalho conjunto entre Comissão de Ecologia e Meio Ambiente do Legislativo, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Conselho Regional de Farmácia, Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos e Secretaria de Estado da Saúde. "Recebemos contribuições de todos para que a proposta fosse viável e o mais abrangente possível".

Modelo: A Logística Reversa de Medicamentos, inédita no Brasil, é vista como modelo. "A ideia está sendo usada como referência para outros estados", conta Simone Ribas, assessora do Núcleo de Regulação e Boas Práticas da ANVISA.
Segundo o diretor da ANVISA, Jaime César Oliveira, a normatização da destinação de remédios é um caminho sem volta. "A política nacional de medicamentos, aprovada no ano passado, dá vários passos à frente e se torna uma tendência. É muito interessante essa organização nos âmbitos estaduais e municipais. São iniciativas que precisam ser tomadas progressivamente para que a lei federal seja implementada de uma forma mais eficaz e rápida".
Quando descartados em lixo comum ou rede de esgoto, os medicamentos contaminam a água e o solo e ainda podem provocar reações adversas como intoxicação de animais e pessoas. É isso que a Logística Reversa de Medicamentos quer evitar. "São resíduos tóxicos para o meio ambiente e perigosos para a saúde que precisam ser devolvidos ao lugar certo, a fim de que sejam neutralizados, melhorando a qualidade de vida de todos", defende Cheida.

Fonte: ALEP

Comércio Exterior

Alemanha quer ampliar relações comerciais e tecnológicas com o Brasil

Oportunidades de negócios e cooperação entre Brasil e Alemanha foram debatidas, na cidade alemã de Frankfurt, em um fórum que reuniu lideranças empresariais e políticas dos dois países. O 30º Encontro Econômico Brasil-Alemanha teve a participação do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Edson Campagnolo, que destacou o interesse dos alemães em trocar experiências nas áreas de inovação e tecnologia, fato que pode ser aproveitado pelas empresas paranaenses.
A importância do encontro, que foi organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação de Indústrias Alemãs (BDI, pela sigla em alemão), pode ser medida pela participação do ministro federal de Relações Exteriores da Alemanha, Guido

Westerwelle. Ele falou sobre a integração de seu país com outras nações. "O ministro deixou claro que a Alemanha tem especial interesse em estreitar o relacionamento com o Brasil, com quem vê a possibilidade de um grande nível de cooperação", disse Campagnolo. "Os alemães querem não só investir no Brasil, mas também trocar experiências nas áreas de inovação e tecnologia. Já temos muitas empresas alemãs instaladas no Paraná e essa abertura para novas parcerias é uma boa oportunidade para o desenvolvimento de nosso Estado", acrescentou.

Durante sua explanação, o ministro defendeu a adoção de acordos de livre comércio entre Brasil e Alemanha, que eliminem a bitributação nas negociações entre os dois países. Além disso, também defendeu acordos que aumentem a circulação de pessoas entre as nações. Um dos meios para isso será o programa Ciência sem Fronteiras, que pretende possibilitar a ida de 10 mil estudantes e pesquisadores brasileiros a universidades alemãs nos próximos anos.

No encontro em Frankfurt, Campagnolo participou também de uma série de painéis e workshops que debateram temas como inovação e pesquisa, logística, mobilidade urbana, infraestrutura, desafios do setor de energia, agronegócios, inserção internacional de pequenas e médias empresas e cooperação na área de saúde. "Um dos paineis que mais chamou atenção foi sobre a cooperação para internacionalização de pequenas e médias empresas. Tanto no Brasil quanto na Alemanha, empresas desse porte correspondem a 99% do total, dando grande contribuição para a economia. É nesse ambiente que ocorre boa parte das inovações", afirmou o presidente da Fiep.

Na avaliação de Campagnolo, a participação da Fiep no 30º Encontro Econômico Brasil-Alemanha foi importante para estreitar relações com empresas e entidades públicas e privadas do país europeu. "O encontro foi uma forma de prospectarmos novas oportunidades para as indústrias paranaenses", disse. "E através do Centro Internacional de Negócios (CIN), a FIEP está aberta a todas as indústrias do Estado que queiram mais informações e apoio para se relacionar com empresas alemãs", completou.

Região Sul: Além de Campagnolo, os presidentes das federações das indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Glauco Côrte, e do Rio Grande do Sul (Fiergs), Heitor Muller, também participam do evento. Os três aproveitaram o encontro na Alemanha para articular reunião conjunta do Fórum Industrial Sul, agendada para final de julho, em Porto Alegre (RS). Os principais temas da pauta serão o gás natural, o projeto sul competitivo, o carvão mineral e as relações comerciais com a Argentina.

Fonte: FIEP

Paraná estreita relações comerciais com o Canadá

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) assinou uma carta de intenções com o Greater Toronto Marketing Alliance (GTMA), entidade que representa a chamada Greater Toronto Área (GTA), maior região metropolitana do Canadá, com mais de 6 milhões de consumidores e 100 mil empresas.

O documento, que estabelece uma aliança entre as duas instituições para intercâmbio tecnológico e promoção comercial, foi assinado pelo vice-presidente da FIEP e coordenador do Conselho Temático de Comércio Exterior, Rommel Barion, e pelo vice presidente da GTMA, Gerald Pisarzowski. Uma das primeiras ações desta nova etapa nas relações entre a Fiep e a GTMA é a vinda de uma missão empresarial do Canadá ao Paraná em outubro próximo.
A assinatura da carta de intenções vem coroar um trabalho que se iniciou em 2010 com a prospecção da GTMA de negócios no Paraná. Na ocasião, o Centro Internacional de Negócios (CIN) da FIEP promoveu uma apresentação do potencial econômico e das oportunidades comerciais do Estado.
Como desdobramento deste primeiro contato, em 2011 uma comitiva canadense liderada pela prefeita da cidade de Mississauga, Hazel McCallion, foi recebida pela Fiep para conhecer mais sobre o potencial do Paraná para negócios. Foram visitadas na ocasião empresas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). "A prefeita ficou impressionada, o perfil do Estado para negócios é muito atraente para os canadenses", observou a coordenadora do CIN, Janet Pacheco. Segundo ela, com a assinatura da carta de intenções na semana passada, começa a ser desenhado um plano de trabalho para fomentar as relações comerciais entre as duas regiões. "Queremos melhorar nossa pauta de exportações para o Canadá", afirma.

Fonte: FIEP

Microempresa

Redução de juros favorece obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas

As recentes reduções nas taxas de juros definidas pelo Banco Central e aplicadas por diversos bancos favorecem a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A avaliação é de representantes de seis instituições financeiras que, durante evento na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), em Curitiba, apresentaram suas linhas de financiamento voltadas para companhias desse porte. Promovido em uma parceria entre FIEP, SEBRAE/PR e BNDES, o Seminário de Crédito percorrerá todas as regiões do Estado até o fim do ano, com um total de 41 eventos.
"Este é o terceiro ano que realizamos o Seminário de Crédito, uma ação que serve para disseminar as oportunidades de crédito disponíveis no mercado e facilitar o acesso das empresas a elas", afirmou o gerente de Fomento e Desenvolvimento da Fiep, Marcelo Percicotti. Durante o evento, representantes do BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, BRDE e Fomento Paraná apresentaram suas principais linhas de crédito com foco nas MPMEs. Além disso, os participantes também puderam tirar dúvidas diretamente com os profissionais das instituições financeiras, nas rodadas de crédito realizadas na segunda parte do seminário.
"Encontros como esses são importantes para facilitar a vida do empresário", disse Paulo Mizushima, chefe do Departamento Regional Sul do Gabinete da Presidência do BNDES. "É

uma boa oportunidade para que as pequenas empresas, que muitas vezes encontram certa dificuldade para apresentar seus projetos às instituições financeiras, possam negociar diretamente com seus representantes", acrescentou.
Para Mizushima, o momento é propício para empresas que querem ter acesso a crédito. "Estamos trabalhando para fomentar investimentos. Queremos que as empresas invistam para reverter esse quadro de pessimismo gerado pela crise internacional", afirmou. "O BNDES já vinha trabalhando com boas taxas de juros. Mas seguindo as diretrizes do governo para não haver baixa na atividade econômica do País, o banco reduziu ainda mais as taxas para dar maior incentivo a novos investimentos. Quem investir agora vai estar em melhores condições quando sairmos desse cenário de crise", completou.

Cartão BNDES: Durante o seminário de crédito, o BNDES apresentou várias de suas linhas voltadas para MPMEs, disponíveis tanto para projetos de investimentos quanto para aquisição de máquinas e equipamentos. Além disso, destacou o Cartão BNDES, que funciona como um cartão de crédito para compras de materiais, equipamentos e contratação de alguns serviços junto a fornecedores credenciados pelo banco. Qualquer empresa pode solicitar o cartão, que tem limite de crédito máximo de R$ 1 milhão e possibilita compras em até 48 prestações fixas e juros de 0,97% ao mês.
Atualmente, o Paraná se destaca na utilização do Cartão BNDES. Em todo o Estado, o banco já emitiu mais de 42 mil cartões, cujos limites de crédito totalizam R$ 2,2 bilhões. Nos últimos 12 meses, as empresas paranaenses realizaram 64,7 mil transações com essa ferramenta, no valor total de R$ 863 milhões. O Paraná tem ainda quase 5 mil fornecedores credenciados para vender com o cartão.
Mais informações sobre o cartão e outros produtos do banco podem ser obtidas no Posto de Informações FIEP/BNDES, instalado dentro da estrutura da Federação, pelo telefone (41) 3271-7463 / (41) 3271-7463.

Seminários: Até dezembro, será realizado um total de 41 encontros, em todas as regiões do Estado. A programação estará disponível no site www.fiepr.org.br/para-empresas/credito.

Fonte: FIEP

Meio Ambiente

Projeto estabelece redução nos compostos químicos encontrados na água tratada com cloro

Um projeto de lei que tem o objetivo de reduzir compostos químicos nocivos à saúde da população e que aparecem na água tratada com cloro foi aprovado na Assembleia Legislativa. O tema é abordado na proposição de nº 370/11, do deputado Rasca Rodrigues (PV), que dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP) para trialometanos (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA), componentes químicos encontrados após a cloração da água destinada ao consumo.

Segundo o autor, ao propor a redução dos percentuais desses elementos presentes na água consumida está sendo reduzido ainda mais o risco do cidadão contrair câncer em consequência da liberação de trialometanos e ácidos haloacéticos, o que ocorre a partir do processo de cloração. Ele cita pesquisas realizadas em vários países que têm revelado que esses compostos são cancerígenos para animais, podendo representar risco também para a saúde da população.
Assim, no seu artigo 1º o projeto determina que "*Ficam fixados no Estado do Paraná, o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (HAA) em 60 µg/L (60 micro gramas por litro) e 80 µg/L (80 micro gramas por litro) para trialometanos (TAM) para todos os serviços de saneamento básico*". A legislação brasileira atual prevê como VMP para trialometanos totais em 100 µg/L, e não existe regulamentação para ácidos haloacéticos.

Cloro: De acordo com o autor, a justificativa para a iniciativa está embasada na tese de doutorado do professor e engenheiro químico Ricardo Andreola, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá (UEM). No documento o professor explica que "a qualidade da água vem se tornando cada vez mais objeto de interesse da população nos dias de hoje. Neste sentido, a determinação de novos compostos presentes na água tratada provenientes do processo de cloração, e que são comprovadamente cancerígenos para animais de laboratório, se torna imprescindível para a segurança da saúde de quem a consome", alerta. Ele informa ainda que segundo o documento para a regulamentação federal dos Estados Unidos para água tratada, elaborado pela agência de proteção ambiental daquele país, existe uma forte relação entre a incidência de câncer de bexiga, cólon e reto e a ingestão destes compostos químicos.

Legislação: Conforme Andreola, o projeto de Rasca "tem como objetivo fornecer informações de embasamento para propor uma atualização na legislação paranaense quanto à qualidade da água tratada, no que diz respeito ao valor máximo permissível (VMP) para a concentração de trialometanos totais (TAMt), fixando-a em 80 µg/L (a legislação atual prevê como VMP, 100 µg/L)". Andreola explica ainda que "os ácidos haloacéticos (HAAs), bem como os trialometanos (TAM), são gerados a partir da reação entre o cloro livre (usado amplamente nas estações de tratamento de água) e a matéria orgânica que existe naturalmente nos mananciais de abastecimento".
E acrescenta: "O cloro é usado, entre outros objetivos, para oxidar a matéria orgânica em compostos de menor tamanho (ou de menor massa molecular). O problema associado a isto é que vários destes pequenos compostos formados são halogenados, como os trialometanos e os ácidos haloacéticos, quando do ataque do cloro à molécula maior". No entanto, o pesquisador entende que "o uso do cloro em estações de tratamento de água é muito conveniente, pois se constitui em um agente de desinfecção de baixo custo, mas por outro lado gera compostos nocivos à saúde da população, mesmo que em baixas concentrações".

A legislação paranaense, bem como a legislação brasileira, segundo o especialista, "no que se refere aos padrões de qualidade de água em compostos cancerígenos, está desatualizada".

Fonte: ALEP

Comissão de Ecologia pede revisão de dados sobre desmatamento florestal

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa vai pedir a revisão do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, referente ao período de 2010 a 2011, apresentado no final de maio pela Fundação SOS Mata Atlântica, e que traz dados divergentes dos divulgados por órgãos oficiais.
"Os dados do Atlas não condizem com os apresentados pelo Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA", destacou o deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), presidente da comissão, ao informar sobre os motivos da participação dos representantes da entidade e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) na sessão plenária.
Na ocasião, o pesquisador Flávio Jorge Ponzoni, do INPE, e Marcos Rosa, diretor da empresa que executou o mapeamento florestal em parceria com o instituto, fizeram uma explanação técnica sobre a metodologia adotada no monitoramento de florestas. Segundo o deputado Cheida, "a SOS Mata Atlântica aponta cerca de oito mil hectares a menos de desflorestamento em relação aos dados do IAP e IBAMA. Por isso, pediremos a revisão da pesquisa". O vice-presidente da comissão, deputado Rasca Rodrigues (PV), completa: "Nosso modelo de sustentabilidade precisa ser revisto imediatamente".
Durante os pronunciamentos foram adiantadas possíveis falhas na metodologia usada pela ONG no monitoramento das florestas, que é feito a partir de imagens de satélite. Marcos Rosa, responsável pela interpretação de dados da pesquisa, conta que os critérios são muito conservadores e isso pode ter influenciado na diferença de informações. "Nosso método não faz a leitura do desmatamento em áreas menores do que três hectares, por exemplo. Além disso, só levamos em consideração os remanescentes íntegros". Rosa ainda justifica que a grande quantidade de nuvens nos dias da aferição pode ter prejudicado os resultados.
Além de pedir a revisão do levantamento feito pela SOS Mata Atlântica, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente solicitará por meio de ofícios ao Ibama e ao IAP as coordenadas geográficas das multas aplicadas em 2010 e 2011. "Essas informações vão ajudar a SOS Mata Atlântica na revisão dos dados", aponta o deputado Cheida.

Falhas: Segundo o deputado Cheida, responsável pelo convite aos membros da ONG e do INPE, ao lado do deputado Rasca Rodrigues, que coordena a Frente Parlamentar Ambientalista, essa exposição teve por objetivo esclarecer todo o conjunto dos deputados sobre o documento. "A SOS Mata Atlântica aponta desflorestamento de 13 mil hectares no país, uma diferença de mais de nove mil hectares em relação aos dados apresentado pelo IAP e Ibama", explicou Cheida.
"Algo está errado. O nosso modelo de sustentabilidade precisa ser revisto imediatamente. No Paraná os pinheiros estão caindo na calada da noite e as nossas florestas estão sendo

comidas pelas bordas", aponta Rasca Rodrigues. Dados do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) mostram 5.522 hectares de desmatamento e 2.510 autuações por corte irregular entre os anos de 2010 e 2011. "Estes números representam 2,2 hectares desmatados por autuação", calcula o deputado do PV. Já o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) registrou neste período 605 hectares de desmatamento ilegal. Assim, também na opinião de Rasca, o Paraná desmata mais do que afirma a ONG no seu último atlas.

Pesquisa: A Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgaram no final do mês de maio, quando foi comemorado o Dia Nacional da Mata Atlântica, os dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, para o período de 2010 a 2011. Para aquele período foram verificados desflorestamentos de 13.312 hectares (ha), ou 133 Km². Destes, 12.822 ha correspondem a desflorestamentos; 435 ha correspondem à supressão de vegetação de restinga; e 56 ha à supressão de vegetação de mangue.
Da área total do bioma Mata Atlântica, de 1.315.460 km2, foram avaliados no levantamento 1.224.751 km2, o que corresponde a cerca de 93%. Foram analisados os estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Bahia.
A entidade afirma que por causa da cobertura de nuvens, que prejudicam a captação de imagens via satélite, foram avaliados parcialmente os estados da Bahia (57%), de Minas Gerais (58%) e do Espírito Santo (36%). Nos demais estados do Nordeste que estão dentro dos limites do bioma – Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte – a análise foi impossibilitada devido à ocorrência de nuvens. Entre os estados avaliados, Minas Gerais e Bahia continuam em situação mais crítica, sobretudo nas regiões com matas secas.
Participaram também da sessão desta quarta-feira Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica; Márcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento da ONG; e José Augusto Callado Afonso, superintendente do Ibama no Paraná.

Fonte: ALEP

Infraestrutura

Assembleia discute concessão do pedágio com Tribunal de Contas e entidades organizadas

Uma audiência pública realizada no Plenarinho da Assembleia Legislativa discutiu a concessão dos pedágios no Paraná. A reunião foi proposta pelo líder da Oposição na Casa, deputado Elton Welter (PT), e contou com a participação dos parlamentares Cleiton Kielse (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Adelino Ribeiro (PSL) e Rasca Rodrigues (PV), bem como do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Fernando Augusto Melo Guimarães, e do presidente do Conselho Regional de Engenhara e Agronomia (CREA), Joel Krüger.

Guimarães destacou que o pedágio precisa ser discutido como um assunto de Estado, sem politizar o tema, além de se considerar tecnicamente os imbróglios sobre as concessões. O relatório parcial do TCE, que analisa o trecho da BR-277 entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, foi escolhido para verificação, como assegurou o conselheiro, por concentrar o maior número de praças de pedágio e de casos de acidentes com vítimas fatais. "Embora o relatório seja preliminar, temos que despolitizar a discussão e olhar sob o viés técnico. E neste sentido iniciamos este trabalho de verificação e levantamento de informações sobre o pedágio neste trecho como modelagem. Temos que tratar o assunto como sendo de Estado e não de governos", afirmou.
Para o presidente do CREA, Joel Krüger, o envolvimento da sociedade é fundamental no debate já estabelecido por uma comissão tripartite, envolvendo o poder público, entidades de classe e concessionárias, com o intuito de exigir efetivos resultados de investimentos nas rodovias. "Que tenhamos neste ano, com ações da comissão tripartite, uma discussão efetiva do pedágio, que as rodovias sejam duplicadas e que as vidas sejam preservadas. E que as concessionárias cumpram sua função social".

Mobilização: Os deputados presentes na audiência destacaram ainda que há uma desproporção entre a arrecadação das concessionárias com as praças de pedágio e os investimentos em melhorias nas rodovias, como no caso das duplicações. "Temos prejuízos econômicos e de vidas com os pedágios. Existe uma tratativa de falsas promessas de melhorias nas estradas. As concessionárias não fizeram nem 10% daquilo que prometeram. Acho fundamental, portanto, esta mobilização da sociedade, e tenho certeza de que vamos vencer esta batalha", analisou o deputado Cleiton Kielse.
Já o deputado Rasca Rodrigues acredita que a Assembleia Legislativa pode ter mais força no debate sobre o abuso dos pedágios com a colaboração e a participação dos paranaenses, com um movimento político vindo de fora para dentro do Parlamento. "A decisão sobre o pedágio depende da mobilização da sociedade para pressionar o poder público e para efetivamente existir uma possibilidade de atuarmos", ponderou.

Fonte: ALEP

Tributos

Redução de IPI para automóveis impulsiona indústria paranaense em maio

As vendas industriais paranaenses tiveram o melhor desempenho para um mês de maio nos últimos 10 anos. Pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) mostra que as vendas aumentaram 17,65% em relação a abril, superando o índice registrado em maio de 2009, quando o aumento fora de 8,51%. O que mais influenciou no resultado foi o forte aumento de 92,18% nas vendas de veículos automotores, reflexo direto da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor. Apesar dos números, a FIEP mantém a estimativa de que a indústria do Estado deve crescer este ano em ritmo menos acelerado do que em 2011.

O presidente da Federação, Edson Campagnolo, afirma que o resultado mostra a força da indústria paranaense e é um sinal de que algumas das medidas adotadas pelo governo federal para estimular a atividade econômica no País vêm funcionando, ainda que sejam insuficientes. "Essas medidas paliativas são importantes para o setor industrial, especialmente neste cenário de crise internacional que atravessamos", diz. "Mas elas não são suficientes. Continuamos batendo na tecla de que o momento é propício para que sejam feitas as reformas estruturantes que garantam a competitividade da nossa indústria e o crescimento sustentado da economia", acrescenta.

Segundo o Departamento Econômico da FIEP, maio tradicionalmente é um mês de aquecimento da atividade industrial paranaense. Este ano, o desempenho acima da média foi ocasionado pela performance positiva de 17 dos 18 gêneros pesquisados. O crescimento atingiu inclusive os três gêneros com maior participação relativa nas vendas do Estado – além de veículos automotores, os setores de refino de petróleo e produção de álcool e de alimentos e bebidas também registraram aumento de 8,88% e 2,55%, respectivamente.

A pesquisa da FIEP revela que, apesar do acentuado crescimento nas vendas em maio, a indústria paranaense segue dando indícios de desaceleração. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, as vendas cresceram 2,81% em relação ao mesmo período de 2011. Ao mesmo tempo, as compras de insumos cresceram 0,78% e o emprego na indústria, 2,73%. Já entre janeiro e maio do ano passado, em comparação com 2010, o setor registrava aumento de 10,2% nas vendas, 10,81% nas compras de insumos e de 5,35% no emprego.

O coordenador do Departamento Econômico da Fiep, Maurílio Schmitt, explica que essa redução na velocidade de expansão da indústria paranaense já era prevista. "No final do ano passado, a pesquisa Sondagem Industrial da Fiep mostrava que as expectativas dos empresários para 2012 eram bem menores do que as registradas para o ano de 2011", afirma. "Isso vem se confirmando quando observamos os índices de utilização de capacidade instalada na indústria do Paraná. Em maio passado, ela estava em 79%, contra os 80% registrados no mesmo mês de 2011".

Schmitt acrescenta que o resultado acumulado até maio, com aumento de 2,81%, aproxima-se da previsão anterior feita pelo Departamento Econômico da Fiep, de que as vendas da indústria paranaense devem fechar o primeiro semestre de 2012 com crescimento em torno de 3%. "Esses resultados indicam, até este instante, que a expansão industrial paranaense não deve ter a celeridade havida em 2011", conclui o economista.

Fonte: FIEP